

LIVRO DE OCORRÊNCIAS DA ESCOLA: ESTUDO COM SITUAÇÕES DE INDISCIPLINA

Israel Kujawa

Instituto Estadual Cardeal Arcoverde
israel.kujawa2019@gmail.com

Mauro José Organista Lupercio

Faculdade Meridional - IMED
mauroorganista@hotmail.com

Claudia Helena Paim Furlanett

Faculdade Meridional – IMED
claudia.furlanetto@imed.edu.br

Naiana Dapieve Patias

Universidade Federal de Santa Maria – UFSM
naipatias@hotmail.com

Resumo

Contextos de baixos níveis de aprendizado escolar estão frequentemente associados com situações de indisciplina que podem ser avaliadas a partir do registro no “Livro de Ocorrências”, existente na maioria das escolas públicas do Brasil. O objetivo da pesquisa foi identificar e analisar as principais ações registradas em relação aos alunos que praticaram atos classificados como indisciplinados, em uma escola pública do ensino fundamental de uma cidade do norte do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. Como procedimento metodológico, foram utilizados o livro de registro e selecionados os três alunos com maior número de registros de ocorrências nas atas. Conclui-se, a partir dessa pesquisa, que existem procedimentos que evidenciam uma tendência em descrever os atos de indisciplina com foco no indivíduo, sem considerar as interações e os contextos.

Palavras-chave: Escola; Psicologia; Educação; Comportamento; Aprendizado.

Abstract

Contexts of low levels of school learning are often associated with situations of indiscipline that can be assessed from the record in the "Occurrences Book", which is



found in most public schools in Brazil. The objective of this research was to identify and analyze the main actions registered in relation to students who performed acts classified as undisciplinatory, in a public elementary school in a city in the north of Rio Grande do Sul, Brazil. As methodological procedure, the logbook used and the three students with the highest number of records of occurrences were selected. The conclusion from this research that there are procedures that show a tendency to describe acts of indiscipline with focus on the individual, without considering for interactions and contexts.

Keywords: School; Psychology; Education; Behavior; Learning.

Introdução

A indisciplina escolar é um conceito amplo que abrange uma série de significados e definições, de acordo com a cultura, o contexto histórico social e econômico. De maneira geral, tem sido definida como a diversidade de comportamentos e situações que estão em desacordo com as regras da escola ou com as expectativas dos professores e gestores escolares (Garcia, 2009; Moura & Prodócimo, 2019).

A indisciplina, por vezes, é simbolizada nos conflitos e na infrequência, sendo apontada como fator da evasão e do fracasso escolar. Em estudo realizado em escolas da cidade de São Paulo, no Brasil, autores identificaram que o documento presente nas escolas para registro de ocorrências de indisciplina, nomeado de “livro preto” ou “livro de ocorrências” tem se tornado banal já que, muitas vezes, os professores acabam por não resolver conflitos dentro de sala de aula, enviando seus alunos para registrar ocorrências que são, em sua maioria, referentes ao mau comportamento dos alunos (Moura & Prodócimo, 2019).

Esta realidade parece tornar evidente a partir, principalmente, da universalização do ensino fundamental e a erradicação do analfabetismo, estipuladas pela Constituição Federal brasileira de 1988. Ao adentrarem na escola alunos de diversos contextos sociais e econômicos, a escola não realizou mudanças que possibilitassem a inclusão da heterogeneidade, mas continuou a realizar procedimentos e regras, bem como métodos, que não fazem sentido para a diversidade de alunos que ali se encontram.

A Indisciplina e a Escola

A escola não é única responsável pela indisciplina, pois o problema inclui uma multiplicidade de fatores, como as relações dos estudantes entre si, com professores, problemas sociais e familiares (Silva, 2015). Para tanto, as alternativas que visem uma solução, passam por uma interpretação do problema em seus diversos aspectos, envolvendo os fatores centrados do contexto familiar, escolar e social. No conjunto das influências sociais, está evidenciado, também, o individualismo e o deslocamento da autoridade. O poder nas relações centrado no Estado e nos adultos foi deslocado para o mercado e para as crianças (Jung, Nogaro & Sudbrack, 2016). A identificação destas mudanças nas relações e suas conexões com a escola são necessárias para a universalização da educação escolar. Constantemente a queixa escolar, principalmente no contexto da escola pública brasileira, demanda atenção e intervenção dos profissionais multidisciplinares tais como psicólogos, psiquiatras, pedagogos, terapeutas ocupacionais, neurologistas, fonoaudiólogos, entre outros (Dazzani, Cunha, Luttigards, Zucoloto, & Santos, 2014).

As tarefas que todas as escolas precisam desenvolver sustentam-se tanto nos ideais educativos como na subjetividade de cada profissional, que atua no âmbito escolar (Neves, 2011). Também deve-se levar em consideração que o profissional da educação pode experimentar angústia e sentir mal-estar no exercício da tarefa de educar, quando se depara com uma realidade na qual os alunos não aprendem, se negam a participar, ou veem no fracasso uma forma de se afirmarem. Assim, conclui o mesmo autor, os profissionais da educação queixam-se, diante dessa realidade que lhes causa sentimentos de desilusão, apatia e sofrimento, ao não conseguir alcançar seus objetivos.

Por outro lado, os professores são importantes atores na escola, sendo referências para crianças e adolescentes. Um professor pode estar consciente que na sua prática profissional deve apresentar atitudes, métodos e ações adequadas que podem contribuir para resgatar e usar, no processo de aprendizagem, o melhor para os estudantes. De outro modo, o professor pode não estar conscientizado de que ensinar um aluno que não quer aprender e que ainda tem atitudes de oposição para com a dinâmica da aula e das normas estabelecidas é difícil e, muitas vezes, vai ultrapassar as suas capacidades e habilidades adquiridas (Curwin & Manzano, 2014; Marchesi, 2014).



Diversos autores apontam que a tendência nas escolas é separar os sintomas do contexto no qual se produzem, considerando o problema como algo externo ao ato educativo e com isso tirando a responsabilidade dos pais, professores e escolas que consideram que é a criança que tem na sua personalidade o problema. Alguns autores indicam, que em determinados contextos escolares existe a má fama, representada em qualificações como depósito para crianças, das quais se pensa que não existe nenhuma esperança de solução porque já se tentou de tudo e que continuam no seu funcionamento disfuncional (Machado & Proença, 2004; Medel, 2016; Souza, 2007).

Em outro modo de conceber, a escola é entendida como a instituição que pode desenvolver um papel socializador potencializando a reconstrução de valores humanos na interação com o outro. Para tanto, se faz necessário a superação do modelo escolar focado apenas na transmissão do conhecimento (Spencer, Cardoso, & Fonseca, 2017). Desta forma, ainda que a escola seja considerada um lugar para a aprendizagem e a formação, ela é, também, um lugar de exclusão dos alunos que têm problemas para aprender, isso leva a escola a ser reprodutora do fracasso escolar (Dazzani et al., 2014). Desse modo, é importante considerar que as altas taxas de alunos com problemas escolares e de fracasso escolar trazem significativas repercussões individuais e sociais, visto que, quando um aluno fracassa, abandonando a escola, ele sai levando uma baixa confiança nas suas possibilidades. Assim, tendo dificuldades para se adaptar às exigências do mercado laboral, o seu risco de marginalização econômica e social se incrementa (Marchesi, 2014).

Muitas vezes, as informações sobre as inadequações dos alunos quanto à sua (in)disciplina e não aprendizagem são registradas nos livros de ocorrências escolares. Contudo, estes registros devem ser relacionados com um entendimento, entre diversos possíveis, a respeito da indisciplina. Entre os diversos entendimentos para encaminhar os problemas da indisciplina está a explicitação de três diretrizes epistemológicas que justificam interpretações e encaminhamentos específicos para as mesmas. Estas diretrizes podem estar focadas no aluno como sujeito singular, nas relações entre os sujeitos em sala de aula ou no contexto socialmente construído (Garcia, 2009). Quando a indisciplina é entendida como um problema individual, a transferência do estudante, para outra instituição, se apresenta como uma solução.

Para relatar este estudo, sobre as ações registradas em relação aos alunos que praticaram atos classificados como disciplinares, descrevemos o caso de três alunos com maior número de registros de ocorrências nas atas. O relato da análise

das informações foi sintetizados em duas categorias que são: o território e as famílias e as intervenções.

Metodologia

Essa pesquisa é de cunho qualitativo e caracterizada como um estudo de caso (Yin, 2001). Utilizou-se desse método para buscar uma compreensão aprofundada e relacional da indisciplina. A escola na qual a pesquisa foi realizada está inserida numa área pobre de uma cidade do Sul do Brasil. A referida escola oferece o ensino fundamental com um ambiente físico composto por um edifício, na qual se encontram 19 salas de aulas, sala de diretoria, sala de professores, laboratório de informática, sala de recursos multifuncionais para Atendimento Educacional Especializado (AEE), sala de Serviço de Orientação Educativa (SOE), cozinha, biblioteca, sala de leitura, parque infantil, banheiros, secretaria, refeitório, despensa, almoxarifado e um pátio com uma quadra de esportes coberta. Além desse edifício, a escola conta com uma área coberta para a prática de educação física, atendendo aproximadamente 186 alunos no período matutino e 204 no turno vespertino.

Foram analisadas 326 atas, tomadas de 2 Livros de Ocorrências Escolares (LOE ou Livro Preto) dos alunos dos anos 2011 a 2016 (273 atas) e dos relatos de ocorrências administrativas dos anos 2012-2016 (53 atas). As atas, registradas no LOE seguem um padrão de elaboração iniciando regularmente com o registro do número de ata e ano, seguido da data, nome do aluno ou alunos envolvidos, relato dos fatos, medidas a serem tomadas, finalizando com as assinaturas de quem fez o registro e do aluno ou alunos.

Para analisar as atas elaboraram-se dois formulários, que facilitassem o trabalho e ajudassem a classificar cada uma das informações contidas nas atas de acordo com o objetivo. Em um formulário foi anotado o nome do aluno (aqui será utilizado nome fictício) o número da ata e a data da ocorrência. Em outro, foi registrado os fatos ocorridos e as ações realizadas.

Como critério de inclusão para a pesquisa documental procurou-se pelas atas registradas entre o dia 1º de janeiro de 2011 e 31 dezembro de 2016, que relatassem queixas ou conflitos entre alunos e professores ou atos ocorridos durante as aulas. Foram excluídas da pesquisa as atas em que o conflito ou queixa envolvia só os alunos, sem a presença do professor e acidentes escolares sem uma identificação clara dos alunos envolvidos.



De um total de 326 atas, foram selecionadas 240, as quais cumpriram com os critérios de inclusão. As 240 atas registraram, em sua maioria, ações de indisciplina com conteúdo que ia desde um registro simples no qual só se mencionava um aluno e uma queixa, até registros muito mais complexos nos quais se narravam atos de indisciplina apresentando detalhes com vários alunos envolvidos. Normalmente diante de uma queixa, o membro da equipe técnica da escola (diretora, vice-diretora, coordenadora pedagógica ou orientadora) tomou uma medida disciplinar entre as que se mencionam: advertir o aluno, telefonar os pais, chamar o Conselho Tutelar, mandar bilhete para os pais, conversar com o aluno, registrar um Boletim de Ocorrência (BO), aplicar um castigo, pedir ao aluno que se desculpe, mencionar que precisa atendimento psicológico, encaminhar para neurologista, encaminhar para a Sala de Recursos, mandar conversar com o professor, apenas registrar, falar com o professor e chamar a toda a turma. Nas atas selecionadas apareceram os nomes de 249 alunos, 62 do sexo feminino (24,9%) e 187 do sexo masculino (75,1%).

Após a análise das atas e do registro dos nomes e ocorrências dos alunos foram selecionados três alunos que, por questão de sigilo e ética se designaram como: Aluno A, Aluna B e Aluno C. Ao selecionar os três alunos que tiveram mais atas registradas no período dos anos 2011 a 2016 e que cumpriram com os critérios de inclusão, constatou-se o fato de que os dois alunos com mais atas registradas, um do sexo masculino, mencionado em 26 atas, e um do sexo feminino, mencionado em 17 atas, são irmãos da mesma mãe, mas de pai diferente. O terceiro aluno é mencionado em 15 atas. Do total de 240 atas analisadas 49 correspondem aos registros destes alunos o que constitui 20,41%.

A partir da seleção dos 3 alunos com mais ocorrências registradas, solicitou-se acesso a uma cópia dos seus prontuários escolares para identificar os dados bibliográficos dos três alunos, as queixas mais recorrentes, as providências tomadas para com eles e os encaminhamentos registrados na intervenção com esses alunos. As informações obtidas, nas atas, nos prontuários e nas conversas, individualizadas, realizadas na escola e no local de moradia, foram analisadas por meio da análise de conteúdo qualitativa de Bardin (2016) em categorias definidas à posteriori, a saber: o território e as famílias e as intervenções realizadas.



Descrição dos Casos

O aluno A nasceu no dia 10 de janeiro de 1999, ingressou na escola no dia 1 de março de 2005 onde cursou 1º e 2º ano. Após um incidente no qual agrediu uma colega e pelas suas atitudes inadequadas foi transferido para outra escola no ano 2009 onde cursou o 3º e 4º ano, neste último reprovou. No ano de 2011, o aluno retornou para a primeira escola alvo dessa pesquisa, onde novamente reprovou no 4º ano (3ª série) e já estando com 12 anos de idade. No ano, de 2012, o aluno é promovido para fazer parte do Programa Acelera Brasil, que segundo Lalli (2000) teve início em 1997 por iniciativa do Instituto Ayrton Senna (IAS) e visa ajudar alunos multirrepetentes que são colocados numa classe especial, dentro da mesma escola, recebendo um trato diferenciado, visando acelerar a aprendizagem para serem promovidos para séries mais avançadas. Após ser incluído neste programa o aluno teve 69% de frequência durante o ano e se determina que o aluno teria que ser retido na turma de origem 4ª ano (3ª série). No ano de 2013, continua no programa Acelera, segundo o histórico escolar, e finalmente, ainda que não conste parecer do programa Acelera, foi promovido a uma série mais avançada, já que no histórico escolar e no prontuário do ano de 2014 aparece inscrito na 6ª série. Constam também no prontuário deste aluno três Boletins de Ocorrências registrados na Delegacia de Proteção à Criança e Adolescente (DPCA) com datas de 30 de março de 2011, 19 de maio de 2011 e 21 de outubro de 2011. Após várias queixas registradas nas atas analisadas se registra na ata 01/2014 do Livro de Atas Administrativas o afastamento e a transferência de escola do Aluno A e sua irmã, a Aluna B.

A aluna B nasceu no dia 28 de dezembro de 2000. Segundo a ficha da aluna encontrada no seu prontuário, ingressou na escola no dia 14 de março de 2007. Aprovou no 1º ano escolar em 2007 e reprovou o segundo ano consecutivamente em 2008, 2009 e 2010 para finalmente, segundo o histórico escolar, ser aprovada em 2011. Constam no seu prontuário vários pareceres que fazem referência ao segundo ano escolar da aluna nos quais se especifica a infrequência escolar da mesma. Com data de 28 de fevereiro de 2012, existe uma ficha de encaminhamento emitida pela Coordenadoria Regional de Educação para que a aluna seja inscrita no 3º ano. A aluna ingressou no Programa Acelera Brasil no ano de 2012, sendo retida, novamente, na mesma série. Aos 14 de maio de 2014 foi registrado um Boletim de Ocorrência, na Delegacia de Proteção à Criança e Adolescente (DPCA), pelo fato de a aluna ter agredido uma colega. Consta também no prontuário da aluna B um atestado



médico, emitido pela Secretaria de Segurança Pública através do Instituto Geral de Perícias, no qual se notifica que a aluna foi submetida a exame de lesão corporal no dia 5 de maio de 2010, quando a mesma estava com 9 anos. Também consta no prontuário da aluna um atestado notificando que tinha comparecido para prestar depoimento na Vara Criminal e no Juizado Especial do Poder Judiciário, no dia 18 de abril de 2012, quando tinha 11 anos. A aluna B, junto com seu irmão, que é o Aluno A, dessa pesquisa foi afastada da escola e transferida compulsoriamente no ano de 2014.

O Aluno C nasceu no dia 27 de fevereiro de 2001. Iniciou seus estudos elementares numa escola, próxima do educandário onde foi realizada a nossa pesquisa, no ano de 2007 onde cursou e foi aprovado no 1º ano (2007), 2º ano (2008) e 3º ano (2009). Ingressou na escola em que essa pesquisa foi realizada no dia 08 de fevereiro de 2010, para cursar o 4º ano, reprovando nesse ano e recursando o 4º ano foi aprovado em 2011. No ano de 2012, cursando a 5ª série se abriu uma Ficha de Aluno Infrequente na qual se especificou que o aluno abandonou a escola e foi levado pela prima para o estado de Santa Catarina, SC, devido ao seu comportamento. O aluno ingressou numa escola de Santa Catarina, SC no ano de 2013 onde reprovou. Segundo o histórico escolar, o aluno reprovou na 5ª série também no ano de 2014, numa escola de outro município do Rio Grande do Sul, constando um atestado de frequência emitido por aquela escola no qual se especificava que o aluno esteve matriculado e frequentando novamente o 5º ano no período de 02/03/2015 a 03/05/2015. Nesse ano, de 2015, o aluno reingressa novamente na escola foco de nossa pesquisa para continuar o 5º ano, sendo aprovado mediante um Parecer Descritivo. No início de 2016 o aluno foi transferido para cursar o Programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA) em outro município do Rio Grande do Sul, RS. Consta também no prontuário cópia de prescrição feita por neurologista no qual o médico especificou que o aluno precisava atendimento em Sala de Recursos Especiais, com data de 19 de agosto de 2010, quando o aluno tinha 9 anos de idade. No prontuário do aluno, consta ainda uma ficha, com data de 13 de agosto de 2014, na qual se registra um Plano de Atendimento Familiar (PAF), que segundo a Secretaria de Desenvolvimento Social (2013) é um instrumento para planejar, executar, acompanhar e avaliar as ações desenvolvidas com as famílias. Neste PAF se especifica que o motivo do atendimento era violência psicológica e negligência. O PAF foi assinado por representante da Escola, CREAS, CAPS II, e Conselheira Tutelar.

Discussão dos Resultados

A análise do fracasso escolar e da indisciplina deve incluir o conjunto de relações no processo de escolarização, transcendendo as razões individuais. Além dos problemas emocionais, que pertencem ao psiquismo do aluno é relevante propor ações que possam mudar as relações escolares, em sintonia com o entendimento que a escola na sua interação com o aluno, é participe da produção da indisciplina (Souza, 2007).

Para analisar o sistema escolar apresentado nos casos dos três alunos selecionados contextualizamos o fenômeno, incluindo as interações intrassistêmicas envolvidas. Para fazer a análise dos elementos do sistema escolar mencionados nos registros das atas aglutinaremos as informações em duas categorias que são: o território e as famílias e as intervenções.

O território e as famílias

O território onde está a escola e onde moram os três alunos selecionados é considerado um bairro com alto índice de vulnerabilidade social. É fato que em várias ruas do bairro se veem, no dia-a-dia, mulheres se prostituindo ou situações onde as forças policiais se fazem presente na sua luta contra o narcotráfico. Como aponta Mondragón e Trigueiros (2010), este contexto social indica quais são os problemas e os espaços nos quais as crianças ficam desprotegidas seus direitos. Isto pode ser claramente constatado em uma ata na qual o professor comparece na direção da escola para fazer algumas colocações a respeito de alunas da sua turma. Segundo o professor, as alunas vinham fazendo colocações preocupantes ameaçando os colegas e principalmente o professor. Transcrevemos aqui o trecho da ata onde se narram as colocações das alunas:

“Professor não entendemos, dá para desenhar? Porque o senhor não vai fazer programa atrás do. . . [se menciona um lugar], lá é bem melhor que dá aula. . . Vamos colocar fogo no seu carro, também colocaremos fogo em sua casa, quebraremos seu carro”.
(Livro de ocorrências do aluno, ata 11/2016).

Souza (2007) aponta que em se tratando de jovens muito pobres o mundo do crime oferece uma alternativa atraente, já que as vivências de humilhação e desvalia que a escola ofereceu se contrapõem aos ganhos imediatos obtidos no mundo do crime que permitem a sobrevivência do grupo familiar, o acesso aos bens de consumo



e a admiração por muitos de seus pares. A criança de classe social baixa absorverá o mundo social a partir da perspectiva da classe baixa e com as características que os seus pais ou encarregados de sua socialização primária lhe transmitam (Mondragón & Trigueiros, 2010).

Isto é importante destacar quando se trata de compreender os três alunos selecionados na nossa pesquisa, sobretudo em relação ao aluno A e a aluna B, que apresentaram um maior número de atos de violência e agressividade nas queixas analisadas. Este fato nos levou a entrar em interação com o irmão menor dos alunos A e B que em uma ocasião, ao ser contrariado durante uma atividade realizada chegou ao ponto de nos ameaçar pegando um bloco de madeira que estava na sala. Após esta situação indagamos sobre o contexto familiar desta criança e nos deparamos com o fato de que no momento a mãe dele, que é a mãe dos alunos A e B, estava presa. Tentando encontrar informações acerca desta família e desta mãe realizamos uma pesquisa no Google utilizando o “nome dela” e o “bairro onde os alunos moram” obtivemos como resultados três notícias policiais dos anos de 2013 e 2014. A primeira falava que a mãe tinha sido pega com um cofre roubado, a segunda que foi detida numa ação contra narcotráfico e a terceira trazia uma ata do Tribunal de Justiça na qual se acusava esta mãe e seu irmão por narcotráfico e corrupção de menores. Na ata, registrado no livro de ocorrências, também se mencionava que a aluna B teria sido utilizada pela sua mãe e pelo seu tio na comercialização de drogas ilícitas. Isto se constata também porque, como apontado acima no prontuário da Aluna, se registra um atestado no qual se menciona que a mesma tinha comparecido para declarar na Vara Criminal e no Juizado Especial do Poder Judiciário.

Consideramos também importante mencionar dois fatos que podem nos ajudar a entender o que se passava na vida dos alunos A e B no momento de terem sido transferidos compulsoriamente. O primeiro fato é o referente à relação mãe biológica e filhos: consta no prontuário do Aluno A, em um Relatório de Atendimento emitido pelo Setor de Orientação Educacional (SOE), que no dia 20 de setembro de 2011 o SOE tinha conversado com a mãe biológica colocando para ela a situação do filho e esta mãe manifestou que a responsabilidade de seu filho era da avó da criança sendo que a criança morava com a avó desde os oito meses. O segundo fato é o relatado em uma ata no dia após a decisão de afastar compulsoriamente os alunos A e B. Nela o avô das crianças, ao ser informado sobre a decisão de afastamento dos seus netos, diz que “ele se lava as mãos” e comunica que a avó, que cuidava das crianças, havia

falecido. Não se tem informação, no conteúdo das atas de ocorrências, sobre quando e em quais circunstâncias a avó faleceu.

Outro aspecto a ser ressaltado é o de que a maioria das queixas apresentadas em relação aos três alunos selecionados aconteceram na adolescência dos mesmos. Crestani (2016) afirma que, não existe época na história em que não tenham se apresentado dificuldades ao tentar compreender o adolescente já que esta etapa da vida refere-se à inúmeras mudanças biológicas, psicológicas e sociais, podendo ser difícil para alguns adolescentes. Ainda, o mesmo autor, afirma que o modo de ser e de agir do adolescente vai gerar interrogações, perplexidades e queixas por parte de pais e adultos que, ao se deparar com os adolescentes, precisam ter muita paciência e compreensão se lembrando que ainda que o adolescente se expresse de um jeito inadequado, na maioria das vezes, não age com má intenção ou por ter algum desequilíbrio psíquico comprometedor.

Diante de algumas atitudes do adolescente precisamos contextualizar o comportamento e em certa medida como Crestani (2016) afirma, importa que o adulto flexibilize suas regras, mas mantenha sua autoridade. Para conseguir isso, continua falando o mesmo autor, é ponto essencial conhecer os dinamismos próprios e específicos da adolescência para conseguir dar respostas adequadas às ações do adolescente.

A indisciplina do adolescente pode referir-se a aspectos do próprio desenvolvimento, devido sua construção de autonomia e identidade que pode fazer com que não aceitem mais regras que anteriormente eram respeitadas. Por isso, o aluno indisciplinado pode ser aquele que não obedece, não aceita padrões do grupo, agride os colegas com palavrões, desacata a autoridade, briga e bate nos colegas, destrói as coisas, agride e desrespeita o professor, é imparável e perturba o trabalho dos outros, é irônico, revoltado, cruel e, na maioria das vezes, é o aluno que apresenta um péssimo aproveitamento. Ainda a mesma autora aponta que as medidas que surtem maior resultado, quando se trata de ajudar esse tipo de aluno, são as que consistem na demonstração de afeto e atenção por parte do professor (Barreto, 1997).

Em sintonia com o que esta autora assinala, veio a nossa mente uma ata na qual o aluno A, junto com outro colega, ambos inscritos no programa Acelera, se comprometiam a fazer as atividades na sala de aula conforme as regras do programa e solicitaram a atenção da professora: “Os alunos [...] da turma do programa Acelera se comprometem a fazer as atividades na sala de aula conforme as regras do



programa. Os alunos solicitaram a atenção da professora” (Livro de Ocorrências do Aluno, ata 61/2012).

Nas atas analisadas encontram-se registros nos quais se tratou os alunos selecionados atenção, buscando a compreensão dos comportamentos e não apenas sanções. Por outra parte, existem também registros que nos quais se tratou estes mesmos alunos sem afetividade, com desconfiança e julgamentos.

As intervenções realizadas

A diretora após um ato de indisciplina se dirigiu para a sala de aula da turma e foi recebida pela aluna que lhe disse as seguintes palavras:

E aí sua louca, veio atrás de mim? Você não tem medo mesmo? Você não me conhece, sua louca [...] vou te cortar teus rins e tua língua, vou matá-la sim, ninguém se mete comigo. Você vai sair desta escola em um saco preto, você não me conhece, sua louca. (Livro de ocorrências do aluno, ata 01/16).

A diretora se retirou da sala e, seguindo os procedimentos escolares, informou as autoridades competentes fazendo o BO correspondente. Diante deste fato de ameaça acontecido numa sexta-feira a aluna conseguiu fugir da escola antes da chegada da Polícia. Na segunda-feira seguinte, a Diretora pediu o apoio da brigada militar para proteger a entrada da escola e para aproximar-se da aluna que foi abordada pelos policiais e levada para a sala da direção. Na direção, onde estavam presentes junto com a diretora os policiais e o padrasto da aluna, se dialogou e se registrou na ata que a diretora disse para a aluna muitas coisas positivas. Entre outras coisas a Diretora da escola falou para a aluna que ela era tão importante quanto qualquer outro aluno da escola e que a escola queria ela como aluna, porém, como líder positiva, tanto na turma como na escola. Diante destas palavras a aluna começou a chorar e a diretora concluiu: “Queremos você na escola e não por aí na rua. É direito teu e um dever estudar, tenho certeza que você vai ser uma grande mulher, mas só depende de você querer”. (Livro de ocorrências do aluno, ata 01/16). A ata termina mencionando que a aluna disse que iria se comprometer a estudar e evitar confusões e a diretora registrou que a aluna seria encaminhada para atendimento psicológico.

Além disso, tratando-se de mencionar aspectos adequados de intervenção diante da queixa escolar, consideramos importante aqui mencionar que encontramos 7

atas que registraram atos positivos. Entre estas atas se destaca uma onde a aluna representante da turma foi pedir à equipe técnica que dialogasse com a turma para tentar melhorar a disciplina o que teve como resultado um diálogo com a turma toda e o comprometimento de todos os alunos para melhorar; também se destaca uma ata, assinada por todos os alunos participantes, na qual se registra uma palestra de prevenção à violência escolar que foi realizada após vários incidentes violentos registrados nas atas. Porém, vale ressaltar que embora existam registros positivos que representam o 2,91% (7 das 240 atas selecionadas) os nossos achados coincidem com o que Medeiros e Azevedo (2009), quando afirmam que existe uma supervalorização para registrar atos considerados como indisciplinados onde não se valorizam os atos positivos feitos pelos alunos tendendo-se a destacar os atos negativos e que em nosso estudo representam 97,09% (233 das 240 atas analisadas).

Por outra parte também encontramos nas atas, frases que nos falam de um olhar desesperançado. No Livro de Atas Administrativas se registra uma reunião da Direção, Conselho Tutelar, Conselho de Pais e Mestres (CPM) e os pais para deliberar o que fazer com alunos considerados como casos graves entre os quais estavam incluídos o aluno A e a aluna B. A Conselheira Tutelar presente na reunião disse referindo-se a aluna B: “[...] não há o que fazer, o que se pode fazer é encaminhá-la para atendimento psiquiátrico” (Livro de ocorrências do aluno, ata 01/2014).

Também encontramos novamente este olhar em que se pune “pela sua atitude indisciplinada” a aluna B em uma outra situação. Transcrevo a ata para entender os fatos acontecidos:

Aos vinte e cinco dias do mês de março de dois mil e quatorze a aluna [B] . . . solicitou caneta cor de rosa à professora M., e como a queria na hora e a professora mandou-a esperar e solicitou também que cada um traga o seu material e esta, a aluna [B] gritou para a professora chamando-a de velha. A . . . [aluna B] tem o costume de gritar e ofender os professores e a professora . . . já este ano foi ofendida diversas vezes pela referida aluna. A . . . [aluna B] também tem chegado à escola e se retira gazeando aula. O caso de . . . [a aluna B] já foi repassado à conselheira tutelar . . . Devido a isso e na tentativa de que a aluna reflita esta será suspensa dois dias. Sendo o que tinha, assino está ata. (ata 170/014).

Como aponta Almeida (2000) o professor pode ser uma pessoa-recurso que encoraje o desenvolvimento e as potencialidades do adolescente, fornecendo-lhe os meios para ultrapassar as dificuldades e conduzi-lo ao conhecimento de seus limites.



Ainda o autor aponta que isso se torna difícil para o professor quando a percepção que este tem do adolescente é negativa e deturpada.

Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) (2016), no Censo Escolar da Educação Básica do ano de 2016, o Brasil contava com 2,2 milhões de professores atuando na Educação Básica e que aproximadamente 752,3 mil atuam nos anos iniciais do ensino fundamental. De acordo com os dados contidos neste censo a disciplina de Língua Estrangeira se apresenta como aquela na qual existem mais professores com formação inadequada. Também se menciona que em todas as disciplinas do ensino fundamental tem professores que não tem a formação mais adequada. Analisando as atas selecionadas na nossa pesquisa chama a atenção uma ata na qual a turma toda é advertida já que os alunos davam gritos em conjunto durante a aula de Inglês, impedindo o professor de trabalhar. (Livro de ocorrências do aluno, ata 126/11). A medida implementada pelo professor foi simplesmente chamar a diretora e pedir que se fizesse o registro do fato numa ata. Esta ata é assinada pela turma toda e caberia aqui a pergunta: o que é que estava acontecendo para que uma turma toda tivesse essa atitude?

Nas notas estatísticas deste mesmo censo se menciona que na rede pública é alta a taxa de não aprovação no 3º ano, fim do ciclo de alfabetização, e que nas redes públicas e privadas se apresenta um risco similar de fracasso durante o primeiro ano do ensino fundamental. Também o mesmo censo aponta que o risco de insucesso se incrementa consideravelmente nas series subsequentes dos alunos da rede pública.

Com este dado podemos explicar que as dificuldades apresentadas pelos alunos selecionados nesta pesquisa e em especial os resultados escolares da aluna B condizem com os resultados do censo acima mencionado. Por exemplo, a aluna B ingressou na escola no ano de 2007 para cursar a primeira serie aprova o 2º ano 4 anos mais tarde e no ano de 2012 sem ter aprovado a 3ª serie é promovida para ingressar no programa Acelera se tentando reverter o insucesso dos anos anteriores. Sem ter completado o seu processo de alfabetização e além disso com só 69% de frequência total durante o ano se justifica o fato de que no Parecer Final de 2012 a aluna foi reprovada, novamente, já com quase 12 anos.

Do aluno C se registra no seu prontuário que os seus pais são falecidos apesar de que não se registram as circunstâncias da morte. Cabe aqui mencionar que este fato nunca foi registrado ou mencionado em nenhuma ata de ocorrências deste aluno e só se registra no ano 2016 num Atestado de Vaga quando o aluno já estava sendo



transferido para o EJA. Chama também a atenção o fato de que o aluno, em uma das várias ocasiões em que foi abordado pela vice-diretora, a retrucou dizendo que não obedeceria porque ela não era a mãe dele e ele não iria obedecer. (Livro de Ocorrências do Aluno, ata 69/012). Como interpretar esta afirmação do aluno sabendo que a mãe e o pai dele tinham falecido? Constantemente diante dos atos de indisciplina do aluno, a vice-diretora que normalmente foi quem registrou as atas em relação a este aluno comunicou ao Conselho Tutelar e em ata do dia 16 de março de 2012 se narra que houve uma reunião entre a direção da escola, o Conselho Tutelar, a avó e a irmã do aluno C determinando-se que o aluno seria encaminhado a consulta psiquiátrica. A consulta foi efetivada no dia 22 de março de 2012. Consta em ata de 12 de abril que a irmã ao ser comunicada de um ato de indisciplina do aluno comenta que este estava tendo tratamento psiquiátrico e sendo medicado. (Livro de ocorrências do aluno, ata 46/2012).

Medel (2016) fala que em muitos contextos, quando se deparam com a indisciplina, existem práticas autoritárias que utilizam métodos de contenção tradicionais como os castigos, mas também no mundo contemporâneo se aplicam métodos de contenção química prescrevendo fármacos, abusivamente, para com isso regular os comportamentos. O Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2012), também adverte sobre esta prática abusiva e afirma que no dia-a-dia encontramos situações nas quais adolescentes e crianças estão sendo vítimas das práticas de alguns profissionais da saúde mental que etiquetam estas crianças com transtornos neuropsiquiátricos e que recebem medicação tornando-se mais vulneráveis. Diante dessa situação o CFP sugere também contextualizar o problema tomando em consideração o contexto histórico, social, familiar, educacional destas crianças e adolescentes. Contextualizar comportamentos e atitudes de indisciplina é de suma importância para poder intervir e ajudar a um adolescente. Contudo, o problema da indisciplina inclui uma multiplicidade de fatores, como as relações dos estudantes entre si, com professores, problemas sociais e familiares. Contudo, nas atas, quase não encontramos registros que falem do que estava acontecendo no contexto familiar destes alunos.

Outro problema encontrado na escola estudada foi o referente à lentidão no atendimento dos alunos encaminhados, por exemplo, numa das atas analisadas se registra o seguinte: “O aluno . . . [nome] há dois anos apresenta problemas e só neste ano foi encaminhado pois a diretora assim o exigiu”. (Ata 019/013 Livro de Atas Administrativas).



Souza (2007) assinala que há precariedade no sistema público de saúde mental, que conta com um número insuficiente de profissionais para fazer frente às necessidades da população, o que torna o atendimento público gratuito em um ato que lança esta população ao abandono. Constatou-se na nossa pesquisa que, apesar de ter sido mencionado o encaminhamento psicológico de algum aluno, não se verificou nenhum relatório ou laudo que fale do efetivo encaminhamento dos alunos selecionados a um profissional da área.

O que encontramos foi que, após reunião da Direção da Escola, Conselho Escolar, Círculo de Pais e Mestres (CPM), pais, e Conselho Tutelar, a solução encontrada foi simplesmente transferir compulsoriamente o Aluno A e a aluna B. O aluno C, ainda que não compulsoriamente, em 2016 foi transferido a outra escola. Consta na ata 004/2014 que no dia 26 de maio de 2014 a escola foi comunicada pela coordenadora pedagógica da Coordenadoria Regional de Educação que tinham conseguido vagas para os alunos A e a aluna B em duas escolas de fácil acesso próximas ao domicílio dos alunos, e que o avô, responsável pelos alunos, tinha sido informado e orientado acerca do procedimento para realizar a transferência. Consta também no prontuário do aluno C que o Conselho Tutelar, o irmão do aluno e o aluno tinham se apresentado numa escola para procurar vaga e que o aluno ingressaria numa nova etapa integrando-se ao programa EJA.

Cabe aqui se perguntar o que foi que aconteceu com cada um desses alunos. Do Aluno A e da aluna B soubemos que estavam cumprindo medidas socioeducativas. Tivemos a oportunidade de nos encontrar com o Aluno A em duas ocasiões quando ao realizar as tarefas demandadas no nosso estágio curricular visitamos a casa do avô dele procurando ajuda para o irmão menor dele. O aluno A tinha passado pela medida socioeducativa de internação por ter se envolvido em tráfico de drogas e roubo e estava iniciando um período de semiliberdade. Da aluna B, como apontado acima, estava já incluída entre os muitos adolescentes utilizados no mundo do narcotráfico. Do aluno C não tivemos notícia.

Considerações Finais

Nos tempos contemporâneos e independentemente do estágio de desenvolvimento humano em que nos encontrarmos, não é possível ficar imune às influências da sociedade. Se alguma pessoa apresentar comportamento indisciplinado, além do aspecto individual, se faz necessário considerar que este comportamento é fruto do



contexto no qual o indivíduo está inserido e de sua interação com esse mesmo contexto.

A análise dos registros e as interações contidos nas atas selecionadas permitiu ver uma tendência inadequada diante da queixa escolar na qual se vê o ator do ato de indisciplina como o portador do problema e o único causante responsável. Ao fazer os registros, os alunos caracterizados como indisciplinados, formalizam anuência para o próprio afastamento ou transferência compulsória da escola. Os alunos A, B e C foram tratados a partir de uma perspectiva que não considerou o contexto e as interações que os levaram a serem protagonistas de atos de indisciplina. Constata-se também que outros alunos protagonistas de atos de indisciplina ao invés de receberem um tratamento ou encaminhamento que trouxesse uma solução, estavam sendo transferidos.

A análise dos registros demonstrou que os alunos incluídos no Livro de Ocorrências, manifestaram nos seus comportamentos a necessidade de ser encaminhados para um atendimento em outras instituições, responsáveis pela saúde e assistência social. Ao fazer o registro do aluno caracterizado como indisciplinado, a escola formaliza as etapas que justificam o seu afastamento da escola ou transferência compulsória. Conclui-se a partir dessa pesquisa que existem procedimentos que evidenciam uma tendência a olhar os atos de indisciplina com foco no indivíduo, sem olhar para as interações e para os contextos.

Percebe-se que os serviços da rede pública de atendimento à queixa escolar precisam melhorar, já que como apontado neste trabalho, quando se trata de encaminhar o aluno para um atendimento na área da saúde mental há lentidão. Requer-se um esforço em conjunto para que todos os indivíduos e as instituições envolvidos no processo educacional sejam capazes de parar e refletir sobre o que as interações com os alunos protagonistas de indisciplina provocam.

Para um encaminhamento adequado, é oportuno mudar a tendência de condenar o estudante e isentar a escola, a família e as instituições de suas responsabilidades nos atos de indisciplina. Precisa-se também entender que ainda que existam alunos que apresentem patologias ou deficiências, isto não constitui um impedimento para que aprendam. Intervenções inadequadas ou visões preconceituosas em relação a esses alunos podem ser os principais aspectos do fracasso ou cristalização do comportamento indisciplinado dos alunos. Consideramos que se faz necessário continuar estudando o sistema escolar, avaliando as situações



de indisciplina, não apenas a partir do sujeito singular, mas das relações entre o sujeito com a sala de aula e com o contexto socialmente construído.

Referências Bibliográficas

- Almeida, P. C. A. (2000). Discutindo a relação professor-licenciado e aluno-adolescente à luz da formação em psicologia. Em R.G. Azzi, S. H. S. S. Batista & A. M. F. A. Sadalla (Orgs.). *Formação de professores - Discutindo o ensino de Psicologia* (pp. 97-118). Campinas: Alínea.
- Bardin, L. (2016). *Análise de Conteúdo*. Tradução: Luís Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70.
- Barreto, E. S. S. de (1997). Professores de Periferia: Soluções simples para problemas complexos. In M. H. S. Patto (Org.). *Introdução à Psicologia Escolar*. São Paulo: T. A. Queiroz Editor.
- Conselho Federal de Psicologia. (2012). *Subsídios para a campanha não a medicalização da vida: medicalização da educação*. Brasília:CFP Recuperado de https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/Caderno_AF.pdf
- Crestani, A. (2016). *Adolescência: tentando compreender o que é difícil entender* (1.^a ed.). Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Curwin, R., & Manzano, P. (2014). *Motivar a estudantes difíceis*. Madrid: Narcea.
- Dazzani, M. V. M., Cunha, E. O. de, Luttigards, P. M., Zucoloto, P. C. S. V. do, & Santos, G. L. dos. (2014). Queixa escolar: uma revisão crítica da produção científica nacional. *Psicologia Escolar e Educacional*, 18(3), 421-428. <https://dx.doi.org/10.1590/2175-3539/2014/0183762>.
- Garcia, J. (2009). Representações dos professores sobre indisciplina escolar. *Educação (UFSM)*, 34(2), 311-324.
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2016). *Censo escolar da educação básica 2016: notas estatísticas*. Brasília:Inep-MEC. Recuperado de http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/notas_estatisticas/2017/notas_estatisticas_censo_escolar_da_educacao_basica_2016.pdf
- Jung, H. S., Nogaro, A., & Sudbrack, E. M. (2016). O Mundo Líquido que Desorienta os Mapas. *Educação, Sociedade & Culturas*, 49, 151-168.
- Lalli, V. S. (2000). O Programa Acelera Brasil. *Em Aberto*, 17(71), 145-148. Recuperado de <http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view/2110/2079>



- Machado, A. M., & Proença, M. (2004). As crianças excluídas da escola: um alerta para a psicologia. In A. M. Machado & M. Proença (Orgs.). *Psicologia escolar: em busca de novos rumos* (pp. 39-54). São Paulo: Casa do psicólogo.
- Marchesi, A. U. (2014). *Qué será de nosotros, los malos alumnos*. Madrid: Alianza Editorial.
- Medeiros, S. A. De, & Azevedo, A. M. E. (2009). Análise dos sujeitos concebidos como “indisciplinados” no discurso do educador em relatos de ocorrências em escolas públicas de Jardim MS. *Anais do Encontro de Iniciação Científica (Enic)*, 2179-7447.
- Medel, E. (2016). *Infancias contemporáneas retos educativos*. Barcelona: Editorial UOC.
- Mondragón, J. L., & Trigueiros, I. G. (2010). *Intervención con menores: acción socioeducativa*. Madrid: Narcea.
- Moura, D. A., & Prodócimo, E. (2019). Indisciplina escolar: análise dos registros de ocorrências de indisciplinas em escolas Estaduais de São Paulo. *Revista Educação Temática Digital*, 21(2), 513-529.
- Neves, M. M. B. da J. (2011). Queixas escolares: conceituação, discussão e modelo de atuação. In R. S. Lobo & C. M. Marinho-Araújo (Orgs.). *Psicologia Escolar: identificando e superando barreiras* (pp. 175-214). Campinas: Átomo e Alínea
- Silva, R. A. (2015). Uma realidade evidente: a indisciplina no contexto escolar. *REVASF*, Petrolina, PE, 5(7), 63-72.
- Souza, B. P. (Org.) (2007). *Orientação à queixa escolar* (1ª ed.). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Spencer Q. G., E., Cardoso, P., & Fonseca, D. (2017). Cotidiano escolar e (des)respeito: o que dizem os livros de ocorrência escolar. *Educação (UFMS)*, 42(2), 385-396. doi:<http://dx.doi.org/10.5902/1984644424578>
- Yin, R. (2001). *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman.